

Relacionamentos amorosos: entre afetos e política

Love relationships: between affections and politics

Camila Varella Berlinck¹, Beatriz Borges Brambilla², Edna Maria Severino Peters Kahhale³

Como citar esse artigo. BERLINK, C. V. BRAMBILLA, B. B. KAHHALE. Relacionamentos amorosos: entre afetos e política. *Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades*, Vassouras, v. 16, n. 2, p. 219-235, mai./ago. 2025.



Resumo

O presente estudo analisa os sentidos construídos acerca das diferentes formas de relacionamentos afetivos sexuais na contemporaneidade, investigando tais possibilidades relacionais sob o prisma da monogamia e da não monogamia. Busca-se enfatizar a natureza histórica e construída dos relacionamentos afetivos sexuais, e como as narrativas e domínios monogâmicos influenciam intimamente não apenas as experiências dentro dessas relações, mas também têm uma influência central na organização política e econômica das sociedades capitalistas, evidenciando seu papel como mecanismo de controle e reprodução de padrões patriarcais. Trata-se, portanto, de uma revisão sistemática de literatura que explora os estudos e publicações acadêmicas acerca das temáticas do amor, da monogamia e da não monogamia, publicadas entre 2012 e 2022. A partir das análises dos textos selecionados para a pesquisa, propõe-se construir um estado da arte acerca das produções sobre monogamia e não monogamia no Brasil.

Palavras-chave: Amor; monogamia; não monogamia.

Nota da Editora. Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

Abstract

The present study analyzes the meanings constructed around different forms of sexual-affective relationships in contemporary times, investigating these relational possibilities through the lens of monogamy and non-monogamy. It seeks to emphasize the historical and constructed nature of sexual-affective relationships and how monogamous narratives and norms deeply influence not only the experiences within these relationships but also play a central role in the political and economic organization of capitalist societies, highlighting their function as a mechanism of control and reproduction of patriarchal patterns. This is, therefore, a systematic literature review exploring studies and academic publications on the themes of love, monogamy, and non-monogamy published between 2012 and 2022. Based on the analysis of the texts selected for the research, the study aims to construct a state-of-the-art overview of academic productions on monogamy and non-monogamy in Brazil.

Keywords: Love; Monogamy; Non-Monogamy.

Afiliação dos autores:

¹Psicóloga, graduada pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, São Paulo, Brasil.

²Psicóloga. Doutora em Psicologia Social. Professora da Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, São Paulo, Brasil.

³Psicóloga. Doutora em Psicologia Experimental. Professora da Graduação em Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, São Paulo, Brasil.

E-mail de correspondência: cvarellab.08@gmail.com

Recebido em: 12/02/2025. Aceito em: 17/07/2025.

Introdução

O presente artigo aborda as diferentes formas de relacionamentos afetivo-sexuais na contemporaneidade, com foco nas dinâmicas da monogamia e da não monogamia. Partindo da premissa de que os relacionamentos são construções históricas e sociais, o estudo busca analisar como essas estruturas influenciam não apenas as experiências íntimas dos indivíduos, mas também a organização política e econômica das sociedades capitalistas. A monogamia, em particular, é examinada como um mecanismo de controle que reforça padrões patriarcais e contribui para a reprodução de desigualdades sociais.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender como as narrativas dominantes sobre relacionamentos afetivo-sexuais moldam as práticas sociais e as estruturas de poder. Em um contexto de transformações nas relações de gênero e de crescente visibilidade de arranjos não monogâmicos, torna-se fundamental problematizar os discursos hegemônicos e explorar alternativas que desafiem as normas estabelecidas. Além disso, a análise crítica da monogamia como um dispositivo de controle social oferece possibilidades analíticas para a desconstrução de padrões opressivos e a promoção de relações mais igualitárias.

O objetivo geral deste artigo, logo, intenta analisar os sentidos e impactos das práticas monogâmicas e não monogâmicas nas relações afetivo-sexuais contemporâneas, com ênfase em seu papel na organização social e política. Como objetivos específicos, busca-se: (1) investigar a construção histórica e social da monogamia e da não monogamia; (2) examinar como as narrativas monogâmicas influenciam as experiências íntimas e as estruturas de poder; e (3) mapear as produções acadêmicas sobre o tema no Brasil, construindo um estado da arte que reflita as discussões mais recentes.

A metodologia adotada consiste em uma revisão sistemática de literatura, com base em estudos e publicações acadêmicas sobre amor, monogamia e não monogamia, publicados entre 2012 e 2022. A seleção dos textos foi guiada por critérios que privilegiam a relevância teórica e a contribuição para o debate contemporâneo. A análise dos materiais busca identificar tendências, lacunas e perspectivas críticas que possam enriquecer a compreensão do tema.

Com este estudo, pretende-se fomentar uma reflexão crítica sobre as estruturas relacionais e suas implicações sociais, políticas e econômicas. Ao problematizar as narrativas dominantes e explorar alternativas não monogâmicas, o artigo visa contribuir para a desnaturalização de padrões opressivos e a promoção de relações de gênero mais justas e igualitárias. Além disso, espera-se que a discussão proposta sirva como base para futuras pesquisas e intervenções práticas que busquem transformar as dinâmicas afetivo-sexuais em direção a um paradigma emancipatório.

Breves considerações teóricas introdutórias

A não monogamia e a monogamia ultrapassam as barreiras afetivas, e é sim, uma discussão sobre modelos relacionais, mas, sobretudo é um horizonte para interpretação do conjunto das relações sociais, sobre as formas de viver junto, de se afirmar como sujeito. Essa discussão deve ser essencialmente sobre modelos societários, sobre possibilidades de ruptura com as lógicas da monocultura, da propriedade privada e da violência de gênero que violenta e extermina mulheres diariamente. Muito mais que afetos, devemos falar sobre política. Nessa seara, vale olharmos para o amor na história da Humanidade, que tem sido discutido, problematizado e vivido de maneiras muito singulares e distintas. Neste trabalho colocamos em análise os sentidos do amor no bojo dos relacionamentos afetivos sexuais em nosso tempo. Será que o que chamamos de amor é a mesma coisa? Será que como diria Federici (2021) o que chamamos de amor é trabalho não pago? Amor é paixão? Casamento? Namoro? Afeto? Amor é ação? (Hooks, 2018). Diante dessas indagações e da urgência por historicizar as relações amorosas, partimos para uma imersão em diferentes momentos da História.

Desde a Grécia Antiga, na obra “Banquete” de Platão, conhecido por ser um dos mais antigos

escritos sobre o amor, datado de 385 a.C, o texto traz discursos de diferentes personagens que versam sobre o amor. Ali temos registro de diferentes concepções do amor, diferentes narrativas ou argumentos utilizados para defini-lo, estudá-lo e capturá-lo em palavras, como Eros, etérea, carnal, carência, procura entre outras tantas palavras utilizadas entre os sete (7) discursos registrados na obra (Platão, 1991).

Tanto na Filosofia, quanto em outras áreas do conhecimento, ao longo dos séculos, acompanhamos outras tantas autoras, musicistas e poetisas, responsáveis por diversas produções que retratam o amor. O amor também foi e é objeto para a Teologia. Encontramos, por exemplo, versículos bíblicos sobre o amor à Deus e aos próximos, enquanto algo puro e casto. Encontramos tais formulações em Pedro 1:22; Marcos 12:30–31 e Tito 2:4 (Bíblia, 2008).

Na Literatura, as poesias trovadorescas do século XII, levam a narrativa do “amor cortês”, um movimento artístico e literário europeu que narram histórias nas quais homens e mulheres viviam paixões recíprocas que jamais poderiam ser consumadas, um amor ligado à submissão e a impossibilidade da realização da paixão (Vasallo, 2020). Os versos renascentistas produzidos também na Europa no século XVI, como o famoso “Amor é fogo que arde sem se ver” de Camões, que fala sobre a intensidade e as controvérsias do amor. Acompanhamos também os livros de romances que contam histórias de amores impossíveis, como o caso de histórias famosas que remontam desde Shakespeare em Romeu e Julieta, e a mais recente série de livros Crepúsculo de Stephenie Meyer.

Apesar do salto histórico de pelo menos 400 anos entre os livros de Stephenie Meyer, que se tornaram febre nos anos 2000, e o livro de Shakespeare que narra uma das histórias de amor mais conhecidas no ocidente- que recebeu diversas adaptações cinematográficas, e inspirou também outras histórias de amor, fictícias ou não-, buscamos ressaltar como o amor tem sido uma temática recorrente nas narrativas e na experiência cotidiana dos sujeitos.

Esse amor assume diferentes estilos e formas ao longo dos séculos. não buscamos produzir aqui uma cronologia exaustiva dos processos históricos que marcam as diferentes narrativas produzidas e vendidas em nome do amor. Contudo, é essencial destacar alguns aspectos centrais para a compreensão deste fenômeno.

Primeiramente, partiremos da noção do amor enquanto uma emoção, destacamos a concepção de que as emoções são caracterizadas enquanto processos culturais e relacionais, que envolvem tanto o corpo e suas sensações físicas, quanto processos psíquicos e intersubjetivos de atribuição de sentido e significado (Leavitt, 1996, apud Zanello, 2018). Zanello (2018) destaca que “o contexto social constitui, molda e define as emoções, as quais retroalimentam as interações e as relações” (Zanello, 2018, p.36). Portanto, ao tratar do amor é necessário voltar aos aspectos materiais e históricos que permeiam as definições, e consequentemente, a vivência do amor.

Em segundo lugar, destacamos a importância de reconhecer o amor não só enquanto emoção, mas como uma construção histórica, que assume forma e conteúdo específico em diferentes lugares e momentos. A análise histórica do que chamamos de amor requer um movimento de desnaturalização das mediações que constituem as relações sociais no que tange aos relacionamentos. Precisamos apreender as facetas que apontam o amor de forma essencialista.

Outro importante aspecto é o modo como o amor tem sido apropriado, em especial no Modo de Produção Capitalista e ao longo do processo de colonização, como um mecanismo de controle das subjetividades e dos corpos (Cachapuz, Silva e Rosa, 2023). O amor ao qual estamos nos referindo é o amor associado às experiências vividas em relacionamentos amorosos sexuais. Compreendemos que o sentimento e a rede de experiências que estão associadas ao amor trazem em si um acúmulo histórico que condiz com os processos de violência e dominação do capitalismo patriarcal racista, sendo uma herança direta do mito do amor romântico burguês, consequentemente da monogamia. Esse domínio se expressa como um sistema de controle de amplo alcance, que privilegia o casamento e as relações monogâmicas, enquanto um espaço de submissão e captura das mulheres ao ambiente doméstico (Zanello, 2018; Corá; Tilio, 2021; Vasallo, 2020), onde diferentes tipos de abuso e violência são cometidos contra elas (Silva et

al, 2024)

Neste artigo, buscamos investigar o que tem sido produzido no meio acadêmico brasileiro acerca do amor. Identificando estudos e pesquisas que apresentassem como questão principal o amor associado às relações afetivas-sexuais, principalmente sob o prisma da monogamia, e em um segundo momento também sobre a não monogamia. A não monogamia, tomada historicamente de formas muito específicas, neste momento surge enquanto um movimento de oposição à monogamia, um antagonismo à proposta de família burguesa. As formulações não monogâmicas tomam força no século XX a partir das produções marxistas soviéticas e anarquistas sobre a possibilidade de uma nova organização de laços familiares e de cuidado, que não reproduzem a lógica patriarcal e da manutenção da propriedade privada. Ao longo dos séculos XX e XXI as discussões acerca da não monogamia foram tomando diferentes espaços, passando desde práticas em religiões neopagãs até discussões em fóruns na internet (Pilão 2015, 2022). Em 2023 a temática tem tido destaque na internet, principalmente nas discussões em redes sociais, o que se torna evidente quando observamos uma pesquisa que demonstra a crescente busca pelo termo “não monogamia” em pesquisas no Google e pelo aumento de perfis e contas direcionadas à temática da não monogamia (Polo, 2023).

Além do crescente interesse acerca da temática da não monogamia nos últimos anos, outro aspecto que marcou o desenvolvimento desta pesquisa é o fato do termo não monogamia estar em constante disputa. Como nos aponta Pilão (2022), as relações não monogâmicas são categorizadas e nomeadas de diferentes formas. No desenvolvimento deste artigo, nos deparamos com conceituações que optam por se referir à não monogamia enquanto Poliamor, e discussões sobre quais modelos relacionais poderiam ou não ser definidos enquanto não monogâmicos. Diante disso, buscamos aqui introduzir alguns modelos relacionais que estão associados à não monogamia nos artigos analisados para esta pesquisa, e que serão melhor explorados na seção de resultados.

Dentre os modelos relacionais apresentados nos artigos analisados estão: o *swing*, uma prática conhecida como troca de casais, praticada principalmente entre casais heterossexuais em festas e boates direcionadas para o público; relações livres (RLi), um conceito formulado no Brasil nos anos 2000 que surge da discussão sobre “família, feminismo e libertação sexual” (Pilão, 2022, p. 5); casamento aberto e relacionamento aberto, relações baseadas na figura do casal monogâmico, mas que admitem relações paralelas ao casal.

Nas pesquisas acadêmicas, os estudos sobre o amor e relacionamentos amorosos têm sido frequentes nos mais diferentes campos do conhecimento. No entanto, a pluralidade epistêmica e de afetos nos levam a múltiplas significações e representações, tanto no bojo da cultura nas artes, na comunicação, expressas na cotidianidade, quanto no campo da ciência. Schlosser e Camargo (2019) apontam que no contexto científico, as investigações têm focado diversas etapas do relacionamento amoroso, como sua gênese, manutenção e término. Além de pesquisas que investigam tipos de relacionamentos, como o flerte, o ficar, o namoro, casamento, infidelidade conjugal, poliamor, entre outras formas. Outros aspectos referem-se a amor, beleza, sexualidade, qualidade e satisfação conjugal, habilidades sociais em relacionamentos conjugais, ciúme, dentre tantos outros fenômenos que se relacionam com uma relação amorosa. Nesse sentido, compreendemos que não há uma leitura única sobre os sentidos e formas de amar. Contudo, compreendemos que é necessário delinear e dimensionar o amor ao qual nos referimos, de forma que seja possível compreendê-lo em sua dimensão dialética.

Nesse sentido, compreendemos que quando nomeamos o amor, ele remonta tanto seu papel ideológico, fruto da tradição burguesa do amor romântico, como já explicitado, quanto em seu potencial libertador. Nos apoiamos nos textos e pensamentos de Bell Hooks (2018) para destacar a dimensão do amor enquanto uma prática libertadora. A autora traz em sua obra como a prática do amor é incompatível com a dominação e abusos, o envolvimento na prática do amor exige necessariamente a combinação entre o cuidado, responsabilidade e confiança; com isso, o amor é libertador ao passo que é uma força que motiva a resistência (Hooks, 2018).

A fim de compreender o estado das produções acerca dos relacionamentos afetivos sexuais, ou amorosos, desenvolvemos uma revisão sistemática de literatura a partir de bases de dados indexadas. Partindo da representação destes relacionamentos a partir da noção de monogamia e não monogamia, como expressão dos modos de relação em nosso tempo. Para tanto, o artigo em questão buscou compreender as perspectivas e concepções utilizadas nas produções acadêmicas nacionais, abrangendo diferentes áreas do conhecimento, as construções referentes à: monogamia e não monogamia.

Método

A pesquisa fundamenta-se nos princípios expostos por Galvão e Pereira (2014) acerca da produção de uma Revisão Sistemática. A Revisão Sistemática de Literatura é caracterizada enquanto um modelo de investigação, que busca, de forma estruturada e direcionada, “avaliar e sintetizar as evidências relevantes disponíveis” (Galvão; Pereira, 2014, p. 183) acerca de uma questão ou tema pré definido.

Diante destes pressupostos, a construção de uma Revisão Sistemática de Literatura construída de forma rigorosa, permite uma perspectiva ampla acerca do Estado da Arte das temáticas em questão. Para elaboração da investigação, seguimos os procedimentos propostos pelos autores, sendo eles:

- (1) elaboração da pergunta de pesquisa; (2) busca na literatura; (3) seleção dos artigos; (4) extração dos dados; (5) avaliação da qualidade metodológica; (6) síntese dos dados (metanálise); (7) avaliação da qualidade das evidências; e (8) redação e publicação dos resultados (ibidem, p. 183)

Para este artigo, os descritores selecionados para as buscas na literatura correspondem a termos comumente utilizados para se referir aos relacionamentos, tais como: Amor (F01.470.734), um descritor cadastrado na plataforma DeCS (“Descritores em Ciências da Saúde”); “monogamia” e “não monogamia”, que apesar de não constarem junto ao DeCS, são palavras-chave utilizados em pesquisas desde o ano 2000.

Na revisão sistemática, utiliza-se como fonte de informação as principais plataformas de armazenamento de pesquisas e artigos científicos. Para este trabalho, consultou-se inicialmente Scielo, BVS e Portal de Periódicos da CAPES. Os artigos foram selecionados segundo o modelo: “Qualquer campo contém 1º Descritor; Qualquer campo contém 2º Descritor”. O Portal de Periódicos da CAPES apresentou uma quantidade maior de resultados nas buscas com os descritores “monogamia e não monogamia” assim como nas buscas sobre “Amor e monogamia”.

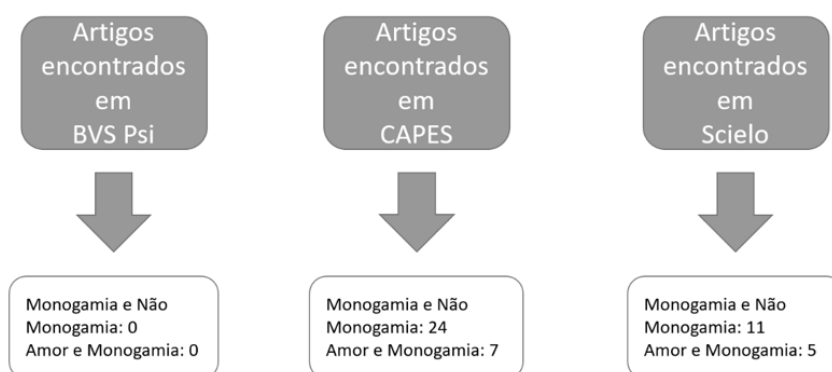


Figura 1. Relação entre quantidade de publicações e palavras-chave

Fonte. Elaborado pelas autoras, 2024.

Os artigos selecionados para esta revisão foram do Portal de Periódicos da CAPES, acessado em janeiro de 2023. A pesquisa dos artigos foi realizada segundo o modelo: “Qualquer campo contém- 1º Descritor; Qualquer campo contém- 2º Descritor”. Foram considerados apenas artigos publicados em português, com títulos e resumos que contivessem e dialogassem com os descritores e palavras-chave previamente selecionadas. Artigos ligados a pesquisas no campo da biologia e que se referiam a pesquisas realizadas com populações fora do Brasil, foram descartados.

Desta forma seguimos na análise da revisão sistemática a partir da Psicologia Sócio-Histórica, construindo categorias compreensivas em relação aos resultados encontrados. Fundamentado no materialismo histórico dialético, buscou-se produzir uma pesquisa fundamentada na multiplicidade de dados sobre o mesmo tema como forma de aproximar da experiência do fenômeno em suas contradições e na forma com a qual se apresenta.

Para a produção desta pesquisa, compreende-se a importância de uma análise crítico-científica, a partir de um afastamento de tendências naturalizantes ao passo que se aproxima do conhecimento das determinações históricas. Objetivando uma pesquisa rigorosa que possibilite a aproximação da temática, das experiências e produções acadêmicas acerca das relações afetivo sexuais, principalmente em relação à monogamia e não monogamia.

Resultados e discussões

Os resultados dos dois levantamentos realizados na plataforma CAPES evidenciaram o caráter multidisciplinar dos estudos e pesquisas sobre relacionamentos afetivos. Ao longo deste artigo iremos detalhar os resultados que obtivemos, mas destaca-se que a maioria dos artigos analisados para este estudo são direcionados ao campo dos Estudos de Gênero e sexualidade, assim como para o campo do direito de família.

Após a análise inicial dos 31 artigos da plataforma CAPES, apreendemos apenas os 14 artigos selecionados a partir dos critérios já apresentados, no entanto, vale destacar que foram realizados dois levantamentos, sendo sete (7) artigos “Amor e contém monogamia” e 13 “monogamia e contém não monogamia”. Havia 6 artigos duplicados que foram desconsiderados.

Os artigos analisados foram publicados entre 2012 e 2022. Em relação aos anos de publicação é possível notar que a partir de 2018 há uma maior frequência de publicações acerca do tema.

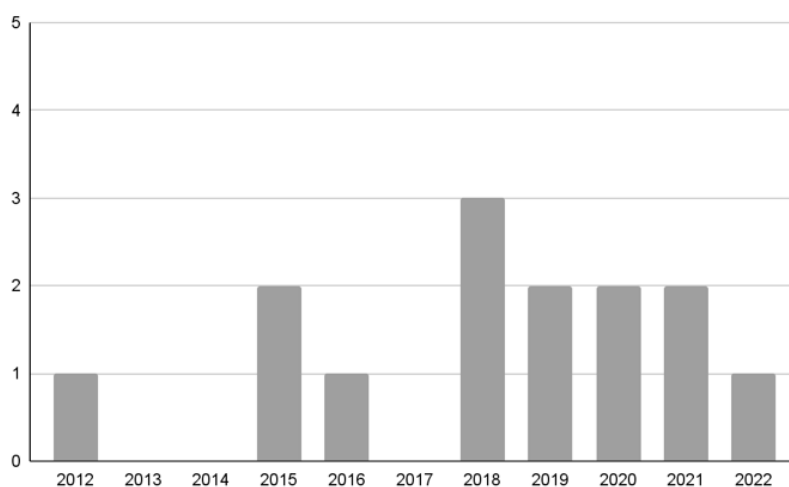


Figura 2. Artigos publicados por ano no Portal de Periódicos da CAPES.

Fonte. Elaborado pelas autoras, 2024.

Em relação às áreas de publicação dos artigos, analisamos que sete (7) artigos foram publicados

em revistas associadas a centros universitários do nordeste brasileiro, sendo a região mais expressiva em quantidade de publicações.

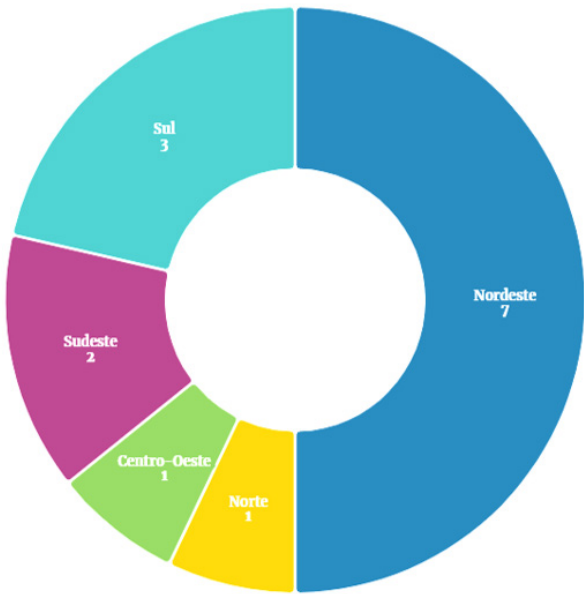


Figura 3. Distribuição por região de publicação.

Fonte. Elaborado pelas autoras, 2024.

Embora a maior parte das pesquisas tenham sido publicadas em revistas nordestinas, observa-se que, em relação aos centros de ensino aos quais as pesquisadoras estão vinculadas, a maior parte das autoras estão associadas a centros de ensino baseados em cidades do sudeste e do nordeste.

Como mencionado, há uma ênfase interdisciplinar nos estudos encontrados. Nota-se que há uma grande diversidade nos temas das revistas que publicaram os estudos analisados, sendo elas do campo dos Estudos de Gênero, Direito, Psicologia, Ciências Humanas e Comunicação.

Abaixo, demonstramos os principais resultados de pesquisas realizadas nos últimos 10 anos em relação à monogamia e não monogamia no Brasil, no que se refere a artigos publicados em revistas científicas indexadas. Separamos os resultados dos levantamentos em dois quadros para uma análise detalhada das publicações de acordo com as palavras-chave e descritor previamente selecionado.

Primeiramente, destacamos os resultados do levantamento com a estrutura “monogamia e contém não monogamia”:

Tabela 1. Relação de artigos encontrados no Portal de Periódicos da CAPES, utilizando as palavras-chave “monogamia” e “não monogamia”.

Autores	Território das pesquisadoras	Título do Artigo	Ano de Publicação	Local da Revista
Antonio Cerdeira Pilão, Mirian Goldenberg	Rio de Janeiro, RJ- UFRJ	Poliamor e monogamia: construindo diferenças e hierarquias	2012	João Pessoa, Paraíba- Revista Ártemis
Antonio Cerdeira Pilão	Rio de Janeiro, RJ- UFRJ	Entre a liberdade e a igualdade: princípios e impasses da ideologia poliamorista	2015	Campinas, São Paulo- Cadernos Pagu

Autores	Território das pesquisadoras	Título do Artigo	Ano de Publicação	Local da Revista
Marcel Fortes Portela	Brasília, DF- UNB	O reconhecimento judicial de uniões estáveis paralelas: a família como garantia institucional na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal	2015	Brasília, DF- Revista Universitas Jus
Camyla Galeão de Azevedo, Thiago Augusto Galeão de Azevedo	Belém, PA- CESUPA	A constitucionalidade do poliamor: possível aplicabilidade do direito sucessório aos companheiros das entidades poliafetivas	2018	Salvador, Bahia- Revista Brasileira de Direito Civil em Perspectiva
Tatiana Spalding Perez e Yáskara Arrial Palma	Porto Alegre, RS- FADERGS	Amar amores: o poliamor na contemporaneidade	2018	Recife, Pernambuco- ABRAPSO- Psicologia & Sociedade
Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann e Victor Pina Bastos	Rio de Janeiro, RJ	Estudo sobre o poliamor no tempero do "saborearte" de dona flor e seus dois maridos	2018	Salvador, Bahia- Revista Brasileira de Direito Civil em Perspectiva
Antonio Cerdeira Pilão	Rio de Janeiro, RJ- UFRJ	Quando o amor é o problema: feminismo e poliamor em debate	2019	Florianópolis, Santa Catarina- Revista de Estudos Feministas
Edgard Gonçalves da Costa	Belo Horizonte, MG	O poliafetismo e suas consequências jurídicas: pluralidade de afetos, negação de direitos?	2020	Tocantins-Revista Vertentes do Direito
Ozório Nonato de Abrantes Neto; Maria dos Remédios de Lima Barbosa	Sousa, PB- UFCG	A União Estável no Direito brasileiro e a monogamia como elemento (im) prescindível para a sua caracterização	2021	Guanambi, Bahia- Revista de Direito da Faculdade Guanambi
Ana Clara Rubin Corá; Rafael de Tílio	Uberaba, MG- UFTM	Sentidos e experiências relatados por mulheres em relacionamentos não monogâmicos	2021	Londrina, Paraná- Semina: Ciências Sociais e Humana
Antonio Cerdeira Pilão	Rio de Janeiro, RJ- UFRJ	Ativismos não-monogâmicos no Brasil contemporâneo: a controvérsia poliamor ± relações livres	2022	Rio de Janeiro, Rio de Janeiro- Sexualidad, Salud y Sociedad

Fonte. Formulação das autoras, 2024.

Em seguida consideramos os resultados do levantamento “Amor” e contém “Monogamia”. Destacamos que quatro (4) textos que surgiram deste segundo levantamento já haviam aparecido no levantamento anterior, por isso não estão presentes na tabela 2.

Tabela 2. Relação de artigos encontrados no Periódico da CAPES, utilizando a palavra-chave “monogamia” e o descritor “Amor”.

Autores	Território das pesquisadoras	Título do Artigo	Ano de Publicação	Local da Revista
Milena Flick	Salvador, Bahia- UFBA	Poliamor e Relações Livres: do amor à militância contra a monogamia compulsória, de Mônica Barbosa	2016	Salvador, Bahia- Cadernos de Gênero e Diversidade vol.2
Patrícia Rakel De Castro Sena; Ricardo Fernandes	Rio Grande do Sul e Maranhão	O (des)interesse no amor romântico em tempos de aplicativos de paquera	2019	Rio Grande do Sul- Revista intexto
Renata Mendonça Moraes Barbosa; Dulce Paloma Vidal Santos.	Sergipe-UNIT	União poliafetiva: direito ao amor livre à luz dos princípios da liberdade e dignidade da pessoa humana	2020	Aracaju/Sergipe- Revista Interfaces científicas- Direito vol.08

Fonte. Formulação das autoras, 2023.

A partir da análise descrita acima, é possível retirar informações importantes em relação às publicações sobre a temática da “não monogamia” em uma das principais bases de dados indexadas em produções científicas do país.

Primeiramente, destaca-se o aumento da frequência de publicações que fazem referência a “não monogamia” a partir do ano de 2018, demonstrando como o tema tem se tornado mais relevante em discussões que dialogam com os Estudos de Gênero e Sexualidade e com a área do Direito de Família.

Em relação à área de publicação dos artigos, se torna evidente que a discussão acerca a monogamia e não monogamia perpassa principalmente o campo dos Estudos de Gênero e Sexualidade e o campo do Direito- principalmente em relação ao Direito de Família e o Direito Sucessório- que representam aproximadamente 69% das publicações.

Os 14 artigos foram lidos na íntegra, possibilitando uma análise qualitativa dos conteúdos, revelando quatro (4) categorias temáticas que exploraremos ao longo do trabalho. As categorias elaboradas e analisadas são: (1) Vivências e experiências em relações não Monogâmicas; (2) Concepções de não monogamia; (3) Concepções de monogamia e (4) Atravessamentos e Possibilidades jurídicas de uniões poliafetivas.

As categorias de análise foram elaboradas após a leitura integral dos os artigos selecionados, ressaltando os aspectos e temáticas em comum.

(1) Vivências e experiências em relações não Monogâmicas

Esta categoria articula os artigos que trazem pesquisas realizadas a partir de relatos de experiência e análises de materiais produzidos por pessoas não monogâmicas. Dentre os 14 textos encontrados, seis (6) trazem análises qualitativas de discursos de sujeitos que viveram relacionamentos não monogâmicos. Consideramos relevante apresentar essa categoria, composta por mais 40% dos textos levantados nessa pesquisa, pois se trata de uma possibilidade rica de produção de reflexões e análises acerca da vida e das implicações cotidianas da vivência da não monogamia.

Dentre estes artigos que trazem vivências de pessoas não monogâmicas, quatro surgem como produto da pesquisa do mestrado e doutorado realizados por Antonio Cerdeira Pilão no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA-UFRJ). Os relatos e materiais analisados nas pesquisas foram retirados de publicações em sites e grupos organizados para o público poliamorista e adepto às relações livres, assim como entrevistas em profundidade e participações nos “poliencontros” (Pilão; Goldenberg, 2012; Pilão, 2015, 2019, 2022).

O pesquisador traz em seus artigos diferentes aspectos que compõem as definições e caracterizações dos movimentos não monogâmicos brasileiros. Seu foco principal está nos grupos de poliamoristas e de relações livres (RLi), uma vez que eram os únicos grupos organizados de militância não monogâmica no Brasil durante sua pesquisa, que aconteceu entre 2011 e 2017 (Pilão, 2022). Ambos movimentos são compreendidos enquanto identidades que se afirmam a partir da negação e da oposição em relação à monogamia. Esses grupos são fundados nas discussões acerca do feminismo e da libertação sexual, construindo modelos relacionais não monogâmicos; tanto poliamoristas quanto RLi, buscam produzir oposições e hierarquias em relação à monogamia, colocando as vivências não monogâmicas enquanto “luz”, “libertação”, um encontro com si mesmo, em oposição à “sombra”, “prisão” e o “eu imposto” da monogamia (Pilão, 2012).

Contudo, apesar da semelhança entre os movimentos, há uma preocupação evidente em afirmar quais arranjos relacionais configuram enquanto não monogamia, demonstrando um embate e uma procura de validação do que poderia ou não ser definido enquanto não monogamia. Pilão (2012), demonstra que os praticantes do poliamor definem as relações livres, assim como o *swing* os relacionamentos abertos como monogâmicos sendo uma estratégia de se diferenciar e se reafirmar em seu poder hegemônico sob o movimento da não monogamia. Nesse movimento, é possível afirmar que há uma necessidade de estabelecer uma definição sobre o amor (Hooks, 2018)

Em relação às pautas levantadas pela militância e discussões entre poliamoristas, Pilão (2015) destaca que há um forte discurso acerca da luta pela libertação sexual, e que isso faz com que aspectos como a espontaneidade e a liberdade sejam priorizadas pelos grupos brasileiros, em detrimento dos acordos de mutualidade e reciprocidade. Além disso, o autor destaca que tanto os poliamoristas, quanto os RLi enfrentam “a monogamia compulsória a partir de uma premissa moralizadora, evidenciando o anseio de construção de outras normatividades” (Pilão, 2022, p. 19) – o que retoma a tese de Federici (2021), de como a monogamia e o patriarcado são aspectos estruturantes da sociedade capitalista. No artigo publicado em 2019, Pilão se dedica a analisar três publicações que tecem críticas sobre o poliamor e que ganharam notoriedade em círculos feministas, estes textos produzem críticas acerca de aspectos do poliamor que reproduzem violência e opressão, tipicamente associadas à monogamia.

O primeiro texto critica o poliamor por se tratar de uma prática de pessoas ricas, que se promovem como pessoas mais esclarecidas, mas que perdem de vista de suas práticas as influências dos sistemas e estruturas sociais, reafirmando os desejos baseados em padrões estéticos. O autor analisa que, a partir dos resultados de sua pesquisa de mestrado e doutorado, o perfil dos praticantes da não monogamia é: jovem de classe média, muitos dependendo de apoio familiar financeiramente. A segunda crítica é formulada compreendendo que a prática do poliamor é permeada pelo machismo e privilégio masculino. Nesse sentido o poliamor é descrito como uma prática contraditória, que se baseia na igualdade e na liberdade da sexualidade feminina, mas que diante de um discurso de superioridade do poliamor, colocando seus praticantes em oposição ao moralismo de pessoas monogâmicas, o poliamor pode fazer com que mulheres

não se sintam mais capazes de recusarem investidas sexuais masculinas, sob o risco de serem consideradas “moralistas”. O terceiro texto parte de uma crítica feita por militantes do feminismo negro, que discutem o processo de exclusão de mulheres negras, pessoas gordas, trans e com deficiência do debate do poliamor. É discutida a arrogância de poliamoristas que buscam convencer mulheres de que a prática do poliamor é o ideal, e a não inclusão de corpos que historicamente fogem do padrão e dos ideais de beleza. As autoras da crítica trazem como um processo de universalização das demandas do poliamor, mas que não consideram os atravessamentos e as opressões sofridas por pessoas que não são brancas, magras e jovens (Pilão 2019).

Outra pesquisa que contou com a participação de sujeitos não monogâmicos foi “Sentidos e experiências relatados por mulheres em relacionamentos não monogâmicos”, escrita por Ana Clara Rubin Corá e Rafael De Tílio (2020). Nela as autoras buscaram compreender relatos de mulheres que viveram relacionamentos amorosos e sexuais não monogâmicos, partindo de uma pesquisa qualitativa, exploratória e transversal (Corá; Tílio, 2021, p. 293). Os relatos foram coletados a partir de entrevistas semiestruturadas e buscaram caracterizar o perfil das participantes e suas experiências nos relacionamentos não monogâmicos. Dos levantamentos realizados, surgiram três categorias que foram analisadas ao longo do trabalho, sendo elas: Vivência dos afetos em relacionamentos não monogâmicos; Mulheres e os desafios da não monogamia; Comunicação e expressão dos sentimentos. Os principais resultados demonstraram que os motivos principais para buscar relacionamentos não monogâmicos são: a liberdade para cultivar afetos e relações sexuais com mais de uma pessoa, questionar as violências de gênero e os padrões típicos dos relacionamentos monogâmicos. Além disso, as participantes destacam a importância do diálogo como forma de garantir a satisfação e a felicidade dentro dos relacionamentos, também como uma forma de se afastar de experiências de ciúmes e do individualismo. Outro aspecto importante que as participantes trazem é a experiência de preconceito vivido por serem mulheres que rompem com a lógica monogâmica, sendo recriminadas enquanto homens na mesma posição são valorizados (Corá; Tílio, 2021).

Por fim, o artigo “Amar Amores: O Poliamor na Contemporaneidade”, publicado em 2018 por Tatiana Spalding Perez e Yáskara Arrial Palma, realizou uma pesquisa qualitativa descritiva exploratória, na qual foram entrevistados seis sujeitos, sendo quatro mulheres e dois homens, que se identificam enquanto poliamorista, ou estavam em uma relação poliamorosa. As pesquisadoras utilizaram a narrativa a partir de uma questão aberta, buscando compreender as formas que os poliamoristas vivem o amor não monogâmico em uma sociedade pautada na exclusividade e na normatividade monogâmica. Os resultados da pesquisa apontam que, os sujeitos pautam suas relações nos princípios do amor livre e respeito à individualidade, entendendo que poliamoristas passam por um contínuo processo de desconstrução das normas e preconceitos, também em um âmbito individualizado. Além disso, a pesquisa demonstra que a vivência de homens e mulheres em relacionamentos poliamorosos é diferente, uma vez que a moral sexual e a repressão recaem de forma mais intensa sobre as mulheres.

(2) Concepções de não monogamia

Esta categoria abarca os estudos que apresentaram definições para o conceito de não monogamia, buscando elucidar as visões utilizadas por pesquisadoras e acadêmicas brasileiras. A partir da leitura dos artigos, notou-se uma tendência entre as autoras em utilizar o termo “poliamor” ao invés de “não monogamia”. Segundo Pilão (2012, 2015) isso acontece desde 1992, principalmente em grupos e fóruns de discussão na internet, uma vez que os participantes consideram a expressão “não monogamia” carrega uma conotação negativa, uma vez que se afirmar a partir da negação. Poliamor é inclusive um descritor cadastrado na plataforma DECS (DDCS057429). Contudo, apesar da tentativa de afirmação do Poliamor como sinônimo de não monogamia, compreendemos que essa terminologia não é capaz de abarcar a diversidade de formas de relacionamentos baseados na não monogamia (Pilão, 2012).

Segundo Corá e Tílio (2021), os arranjos não monogâmicos são resultado de um processo histórico de questionamentos e rompimentos com a lógica monogâmica heteronormativa, que estão baseados nos princípios do amor romântico. Esse movimento possibilita um afastamento dos valores tradicionais,

e uma priorização pela possibilidade de escolha e do desejo individual, evidenciando processos de consentimento e de autonomia nas decisões nas relações amorosas e sexuais. As autoras evidenciam que há uma variedade de dinâmicas e arranjos nos relacionamentos amorosos e sexuais não monogâmicos, que podem compartilhar características semelhantes, como a multiplicidade de parceiros e a liberdade sexual, mas não se limitando a uma norma específica.

Antonio Pilão (2022) localiza historicamente outras produções críticas à monogamia, como o movimento do Amor Livre, no século XIX, fundado por anarquistas e socialistas como uma forma de levantar uma bandeira na luta pela igualdade de gênero. Traz também formulações acerca do “casamento aberto”, do “poliamor” e das “relações livres” - este último sendo elaborado no Brasil - enquanto formas não monogâmicas de relacionamento. Evidencia-se ao longo do trabalho do autor, apontamentos que demonstram como as práticas, pautas e nomeações no campo da não monogamia estão em disputa. Marcada por contradições e por um movimento de individualização, privatização das discussões, e um consequente afastamento de pautas políticas. As tensões promovem hierarquizações entre as diferentes práticas, sendo comum, por exemplo, localizar o “swing” e o “relacionamento aberto”, como um “entre lugar”, no qual se aproximam das práticas monogâmicas (Vasallo, 2020).

O poliamor, por sua vez, é definido como uma filosofia e um estilo de vida, que possibilita que os sujeitos estabeleçam relações amorosas e sexuais de forma simultânea (Pilão, 2015; Barbosa; Santos, 2020; Costa 2020). Essa forma de se relacionar se posiciona de maneira crítica em relação à monogamia e à heterossexualidade compulsória, levantando pautas como a igualdade de gênero, a liberdade, autonomia, o desejo e visibilidade de sujeitos LGBTQIA+ (Perez; Palma, 2018; Pilão, 2019). Outro aspecto essencial das práticas poliamoristas é a valorização do consentimento, do diálogo e a honestidade entre os parceiros, como formas de manter as relações simultâneas. Assim como a valorização da igualdade e da espontaneidade nas práticas relacionais, marcadas pela igualdade e cooperação (Pilão, 2012, 2015). Destaca-se a multiplicidade de formas de se nomear formas de amor que fogem do registro do amor romântico monogâmico, em uma busca pela liberdade, igualdade e simetria nas reações (Alzate, 2023), essas diferentes maneiras, por sua vez, se tensionam ao passo que também tensionam as formas hegemônicas de se construir, pensar e viver o amor (Martynowskyj, 2022)

(3) Concepções de monogamia

Em relação à esta categoria, buscou-se agrupar os diferentes artigos compreendendo suas semelhanças nas referências e temáticas utilizadas para a caracterização da monogamia. A partir da leitura dos artigos, destaca-se a percepção de que costumeiramente se prioriza um caminho de caracterização histórica da monogamia, utilizando-se, em muitos casos, textos de Friedrich Engels, Michael Foucault e Judith Butler como referência. Nesse sentido, há a necessidade de realizar um resgate histórico da origem do amor e da monogamia e sua relação com a formação da sociedade ocidental (Federici, 2021).

Nesse primeiro grupo de textos, a monogamia é descrita a partir de seu caráter histórico, compreendendo que tem origem na sociedade ocidental como forma de garantir a propriedade privada e perpetuar o poder masculino, utilizando de normas e dispositivos que controlam tanto os corpos quanto os afetos (Corá; Tílio, 2021; Flick, 2016; Costa 2020; Hogemann; Bastos, 2018). Baseada nos princípios da moral cristã, do amor romântico, do patriarcado e em exigências de padrões heteronormativos (Perez; Palma, 2018; Costa, 2020; Pilão, 2015), a monogamia se caracteriza como um mecanismo de controle que atinge principalmente os corpos femininos, ao passo que a exclusividade sexual é exigida para elas, enquanto para os homens o adultério é uma prática comum e aceita (Perez; Palma, 2018; Corá; Tílio, 2021; Costa 2020; Barbosa; Santos, 2020). É a partir da definição da família e do casamento monogâmico e suas violências intrínsecas, que o capital garante que o trabalho doméstico e a reprodução, e consequentemente que a propriedade privada e a transmissão da herança sejam garantidas através do trabalho não remunerado realizado por mulheres (Hogemann; Bastos, 2018; Corá; Tílio, 2021; Costa 2020; Barbosa; Santos, 2020). Como argumenta Federici (2020), há um interesse econômico na relação entre as definições de amor e família monogâmicos e a divisão sexual do trabalho e sua produtividade na manutenção da sociedade

capitalista.

Em relação ao amor romântico, destaca-se que essa narrativa foi amplamente utilizada para concretizar os ideais da família burguesa, fazendo com que se tornasse, não somente o único vínculo afetivo socialmente aceito, como também um ideal de felicidade (Pilão, 2015; Fernandes; Sena, 2019). O amor, a partir de uma leitura crítica feminista, é compreendido enquanto uma tecnologia histórica e uma política de controle (Luque, 2023)

Outra concepção de monogamia que se destaca nos artigos diz respeito à visão de sujeitos adeptos às relações não monogâmicas, que associam a monogamia a um estado menos desenvolvido de relacionamento, por estar ligado aos sentimentos de ciúmes, competição, exclusividade sexual, controle e mentira (Pilão, 2012, 2015).

(4) Atravessamentos e possibilidades jurídicas de uniões poliafetivas

Durante a revisão sistemática, notamos uma quantidade expressiva de artigos que exploram as possibilidades e atravessamentos jurídicos nas relações poliafetivas. Esta categoria busca abarcar estes textos, compreendendo a importância e o impacto dos ordenamentos jurídicos na vida cotidiana dos sujeitos.

Partindo das disposições constitucionais e do Código Civil, a monogamia e os preceitos de exclusividade e lealdade são aspectos que definem a concepção de família e, conseqüentemente, os dispositivos jurídicos responsáveis por garantir seus direitos (Portela, 2015; Barbosa; Santos, 2020; Abrantes Neto; Barbosa, 2021). A monogamia é compreendida enquanto um sistema que impõe padrões e preceitos heteronormativos e patriarcais, sendo responsável por fundamentar e organizar toda estrutura jurídica do nosso país (Hogemann; Azevedo; Azevedo, 2018; Hogemann; Bastos, 2018; Costa, 2020).

Abrantes Neto e Barbosa (2021), Hogemann e Bastos (2018) e Costa (2020) assumem diferentes posicionamentos diante das possibilidades legais. Abrantes Neto e Barbosa (2021) afirmam que não é possível legitimar e reconhecer as uniões poliafetivas, uma vez que elas fogem dos casos previstos no ordenamento jurídico. Hogemann e Bastos (2018), também reconhecem essa limitação dos dispositivos políticos, contudo argumenta que, o direito, enquanto um dispositivo de garantia de direitos que acompanha as demandas culturais que compõem o contexto do qual atua, deve agir tendo como base nos princípios da dignidade e do afeto. Costa (2020), constrói sua argumentação no mesmo sentido, afirmando que o direito e o conceito de família devem ser ampliados, possibilitando contemplar os sujeitos que vivem uniões poliafetivas.

O artigo 226 da constituição federal é a base de proteção e garantia de direitos da família em suas diversas organizações, atuando de forma não taxativa, entendendo que o Estado tem como dever garantir proteção e assistência de todos os membros que compõem o núcleo familiar. Nesse sentido, a família poliafetiva está apta a ser reconhecida como um núcleo familiar que deve ser protegido pelo Estado. A família poliafetiva deve receber reconhecimento de tutela sucessória, uma vez que sua união é legítima (Azevedo; Azevedo, 2018; Barbosa; Santos, 2020). Nesse sentido, a monogamia é um imperativo cultural, organizador que determina uma mononormatividade de formas afetivas, que implica diretamente na organização política e em determinações jurídicas (Navarro, 2023)

Considerações finais

O objetivo deste artigo era analisar as pesquisas e artigos publicados no Brasil, acerca da temática dos relacionamentos amorosos sexuais, utilizando como prisma as discussões e construções acerca da monogamia e da não monogamia. A pesquisa selecionou 14 artigos, que foram analisados a partir de quatro (4) categorias, a saber: (1) Vivências e experiências em relações não Monogâmicas; (2) Concepções de não monogamia; (3) Concepções de monogamia e (4) Atravessamentos e Possibilidades jurídicas de

uniões poliafetivas.

A primeira categoria, “Vivências e experiências em relações não Monogâmicas”, trouxe relatos de pessoas que já haviam vivenciado relações não monogâmicas. Nota-se que esses relatos e análises de experiência trazem aspectos contraditórios acerca das práticas não monogâmicas. Ao passo que alguns relatos expostos tratam a não monogamia em seu caráter político, de liberdade e bem estar nas relações afetivas, ou seja, na oposição à monogamia que é entendida como uma prisão, outros buscam apontar as contradições e a arrogância de parte da comunidade não monogâmica. Relatos que expressam os processos de exclusão de pessoas negras, gordas, LGBTQIAP+ e com deficiência, assim como o incômodo diante da negação da vivência dos ciúmes e os preconceitos vividos por mulheres que desafiam a moral sexual, são alguns aspectos que demonstram o processo contraditório dentro das experiências não monogâmicas.

Diante dessa perspectiva, compreendemos que é essencial produzir a prática e os estudos sobre a não monogamia, desde uma perspectiva interseccional e comprometida com o processo político de descolonização dos afetos. A forma que o amor é ensinado, pode ser entendido desde os moldes de um amor da branquitude, baseado nos ideais fundamentais do capitalismo e do colonialismo, que reafirma a posição da autonomia e de liberdade individuais como únicas formas de sucesso e realização; essa lógica tipicamente neoliberal passa a ser vendida como central na construção de uma não monogamia. Esse modelo branco de amar, é o que deve motivar a construção de afetos alternativos à monogamia desde uma perspectiva decolonial, que possibilite relações que sejam construídas de forma coletiva, que considere aspectos como raça e classe social.

Na segunda categoria, nomeada “Concepções de não monogamia”, buscou sintetizar as leituras e definições utilizadas pelos autores para definir a não monogamia. Nesse sentido, foi possível analisar que dois principais caminhos foram seguidos: o primeiro buscando a definição das práticas não monogâmicas a partir de seu caráter histórico de oposição às violências do patriarcado e da monogamia; o segundo, por sua vez, destacando aspectos acerca da prática relacional, dos aspectos que caracterizam a vivência dos relacionamentos, destacando aspectos como a multiplicidade relacional, a abertura e o diálogo entre os diversos parceiros.

Destacamos aqui um aspecto já observado em relação à primeira categoria de textos analisados, são poucos os textos que apresentam considerações teóricas acerca dos aspectos que influenciam o processo de construção das relações afetivas ou amorosas e quais as particularidades das práticas não Monogâmicas que estão sendo vividas e discutidas no Brasil. Apesar do enfoque histórico para explicar a não monogamia, não há clareza sobre a origem das práticas não monogâmicas no Brasil e quais seriam as implicações de raça, classe e territorialidade vivida na realidade nacional.

Em seguida, a categoria de “Concepções de monogamia”, assim como a anterior, buscou sintetizar as referências e leituras utilizadas pelas autoras acerca da monogamia. Neste segundo momento foi notável uma tendência homogênea nas definições e no uso de referências utilizadas pelos autores. Os autores citados mais utilizados nos artigos foram: Friedrich Engels, Michael Foucault e Judith Butler. Tornando evidente como há uma ampla compreensão da monogamia em seu caráter sistêmico, enquanto uma estrutura e práticas intimamente ligadas à manutenção do Estado capitalista.

A última categoria analisada buscou sintetizar as compreensões e possibilidades jurídicas acerca das uniões poliafetivas. Ao longo do levantamento para a produção da revisão sistemática, diversos textos da área do direito surgiram apresentando discussões acerca do reconhecimento jurídico de práticas não monogâmicas. Diante da ampla produção acerca deste tema, buscamos aproximar as leituras e produções que se referem principalmente ao Direito de Família. De forma geral, há um grupo de pesquisadoras que analisam a impossibilidade do reconhecimento das uniões poliafetivas, diante das decisões do Supremo Tribunal Federal, assim como as definições da Constituição e do Código Civil, e outro grupo que argumenta pelo direito do reconhecimento, tendo em vista os processos legais e direitos sucessórios dos sujeitos envolvidos nestas uniões, diante do princípio da dignidade humana e o princípio da afetividade.

As discussões formuladas no campo do Direito de Família evidenciam a importância prática, jurídica

e cotidiana de se discutir o reconhecimento de uniões poliafetivas ou as chamadas uniões simultâneas. A decisão de 2020, em julgamento do Recurso Extraordinário do STF, definiu a impossibilidade de reconhecer uniões estáveis simultâneas. Essa decisão marca com clareza que o Direito brasileiro é organizado e baseado nos princípios da monogamia, definindo-a como valor fundante.

A partir desta revisão sistemática tornou-se evidente a ampla gama de produções e estudos acerca dos relacionamentos afetivos ou amorosos sob o prisma da monogamia e da não monogamia, que possuem expressão nos mais diferentes campos de estudos, passando pela psicologia, estudos de gênero até o direito. Apesar das diferentes abordagens e definições, é notável que há uma tendência de produzir análises sobre os aspectos históricos e políticos da não monogamia e da monogamia. Contudo, é essencial ter em vista que há um intenso movimento de individualização, simplificação e comercialização de discussões acerca dos relacionamentos amorosos, que é acompanhado do processo de afastamento de pautas e lutas políticas.

Compreende-se que discutir as concepções utilizadas por acadêmicas brasileiras acerca da monogamia e da não monogamia, são um aspecto importante para compreender o caráter plural e diversos que é marcado pelas discussões das relações afetivo-sexuais. Contudo, compreende-se também que, apesar de as produções acadêmicas apresentarem um panorama importante para a compreensão do cenário das discussões e pesquisas produzidas, ainda possuem um caráter distante da vivência cotidiana da maioria da população brasileira. É importante notar que discussões como raça, branquitude e classe social, como citamos acima, não aparecem como discussões que compõem as definições de monogamia e não monogamia, como já explicitadas acima. Além disso, é notável que temáticas como a traição, associadas à monogamia, são recorrentes, contudo, os artigos analisados para essa pesquisa não se aprofundam na discussão sobre a traição como forma de violência contra as mulheres. Apesar de a discussão acerca da violência da monogamia recair principalmente sobre as mulheres, não são desenvolvidas discussões acerca da violência doméstica que é cometida dentro dos ambientes familiares no Brasil.

A violência de gênero e a violência doméstica são expressões do patriarcado e de seu processo histórico de exploração e dominação sobre o corpo das mulheres, e a monogamia é um dos dispositivos que permite esse controle. O processo de historicizar a monogamia, localizando-a enquanto um aspecto central para o desenvolvimento do Estado Capitalista Patriarcal, nos obriga a discutir sobre suas formas e violências e como se utiliza o afeto e o amor como suas justificativas.

Nesse distanciamento entre as discussões e problemáticas propostas nas pesquisas acadêmicas e temáticas caras à vivência e resistência cotidiana, podemos concluir que, apesar de não monogamia e monogamia serem palavras-chaves utilizadas em pesquisas em diferentes campos de conhecimento desde os anos 2000, ainda é uma temática pouco publicada e discutida no meio acadêmico brasileiro. Destacamos aqui como essa relação entre os saberes e publicações da academia se encontram distanciados dos temas tratados na vida cotidiana da sociedade, reforçando a barreira que existe entre a Universidade e a sociedade.

Acompanhamos entre os anos de 2022 e 2023 uma crescente de debates acerca da não monogamia em seu aspecto político, a partir de publicações de livros e discussões em redes sociais no Brasil. Nesse sentido, entendemos que há uma crescente produção no campo da não monogamia que discute sobre a realidade brasileira, diante de uma perspectiva política e que coloca como centrais aspectos como a descolonialidade, a violência de gênero, raça e classe. Apesar dessa ampla movimentação nas discussões pelas redes sociais, o processo da discussão política nos artigos acadêmicos e nos textos que surgem nas pesquisas nas bases indexadas, ainda se apresenta de forma incipiente. O que demonstra cada vez mais a necessidade de incentivar e abrir espaço para que essas discussões ocupem a produção acadêmica brasileira.

Conflito de interesse

Os autores declaram não haver conflitos de interesse de nenhuma natureza.

Referências

ABRANTES NETO, O. N.; BARBOSA, M. R. L. União Estável no Direito brasileiro e a monogamia como elemento (im)prescindível para a sua caracterização. **Revista de Direito da Faculdade Guanambi**, v. 07, n. 02, fev. 2021. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.animaeducacao.com.br/index.php/RDFG/article/view/13940/7745>. Acesso em: 15 jul. 2025.

ALZATE, Jhon Delio Rivera. Del amor romántico al amor libre. Configuraciones del amor en las relaciones no monógamas. **Poiésis**, n. 45, out. 2023. Disponível em: <https://revistas.ucatolicaluisamigo.edu.co/index.php/poiesis/article/view/4558>. Acesso em: 15 jul. 2025.

AZEVEDO, C. G.; AZEVEDO, T. A. G. A Constitucionalidade do Poliamor: possível aplicabilidade do direito sucessório aos companheiros das entidades poliafetivas. **Revista Brasileira de Direito Civil em Perspectiva**, v. 04, n. 01, ago. 2018. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/direitocivil/article/view/4292>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BARBOSA, R. M. M.; SANTOS, D. P. V. União Poliafetiva: direito ao amor livre à luz dos princípios da liberdade e dignidade da pessoa humana. **Interfaces Científicas - Direito**, v. 8, n. 01, jan. 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/direito/article/view/7061>. Acesso em: 15 jul. 2025.

BÍBLIA. **Sagrada Bíblia Católica: Antigo e Novo Testamentos**. Tradução: José Simão. São Paulo: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.

CACHAPUZ, R. R.; SILVA, M. A.; ROSA, M. A. Aspectos Jurídicos do Poliamor. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 14, n. 42, jun. 2023. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1493>. Acesso em: 15 jul. 2025.

CORÁ, A. C. R.; TÍLIO, R. Sentidos e experiências relatados por mulheres em relacionamentos não monogâmicos. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 42, n. 02, dez. 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/43875>. Acesso em: 15 jul. 2025.

COSTA, E. G. O Poliafetismo e suas Consequências Jurídicas: pluralidade de afetos, negação de direitos?. **Revista Vertentes do Direito**, v. 07, n. 02, dez. 2020. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/direito/article/view/9364>. Acesso em: 15 jul. 2025.

FEDERICI, S. **Patriarchy of the wage: notes on Marx, gender, and feminism**. Bingham: PM Press, 2021.

FEDERICI, S. **Revolution at Point Zero: Housework, Reproduction, and Feminist Struggle**. Bingham: PM Press, 2020.

FERNANDES, R.; SENA, P. R. C. O (des)interesse no amor romântico em tempos de aplicativos de paquera. **Intexto**, n. 45, abr. 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/79612>. Acesso em: 15 jul. 2025.

FLICK, M. Poliamor e Relações Livres: do amor à militância contra a monogamia compulsória, de Mônica Barbosa. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 2, n. 02, fev. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/20478>. Acesso em: 15 jul. 2025.

GALVÃO, T. F.; PEREIRA, M. G. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 23, n. 01, mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/yPKRNymgtzwwzWR8cpDmRWQr/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

HOGEMANN, E. R. R. S.; BASTOS, V. P. Estudo sobre o Poliamor no Tempero do “Saborearte” de Dona Flor e seus Dois Maridos. **Revista de Direito, Arte e Literatura**, v. 4, n. 02, dez. 2018. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistadireitoarteliteratura/article/view/4714>. Acesso em: 15 jul. 2025.

HOOKS, B. **All about love**: New Visions. New York: HarperCollins, 2018.

LUQUE, Juan Gabriel. La monogamia al desnudo. Notas para una crítica feminista. **Mora**, v. 1, n. 29, p. 165-166, ago. 2023. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/mora/article/view/13269>. Acesso em:

15 jul. 2025.

MARTYNOWSKYJ, Estefanía. Nadie puede y nadie quiere vivir sin amor: disputas de sentidos en torno a la configuración de relaciones sexo-afectivas en relatos de gateros y amorlibreses. **Mora**, v. 29, n. 1, jun. 2023. Disponível em: <http://revistascientificas.filo.uba.ar/index.php/mora/article/view/12709>. Acesso em: 15 jul. 2025.

NAVARRO, Pablo Pérez. monogamia, pandemia y disidencia relacional: notas desde brasil. **Recerca. Revista de Pensament i Anàlisi**, v. 28, n. 2, abr. 2023. Disponível em: <https://www.e-revistes.uji.es/index.php/recerca/article/view/6921>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PEREZ, T. S.; PALMA, Y. A. Amar Amores: o poliamor na contemporaneidade. **Psicologia & Sociedade**, vol. 30, n. 165759, jun. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/KgtGNbWYTBz8V3ZnFmYDHFj/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PILÃO, A. C. Ativismos não-monogâmicos no Brasil contemporâneo: a controvérsia poliamor ± relações livres. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, vol. 38, n. 22205, jan. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/QmP3dyFhnkVRJjX7XMGLbmJ/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PILÃO, A. C. Quando o amor é o problema: feminismo e poliamor em debate. **Revista Estudos Feministas**, v. 27, n. 03, maio. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/rHXdGnbh8LdgJnTvWYNLYRB/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PILÃO, A. C.; GOLDENBERG, M. Poliamor e monogamia: construindo diferenças e hierarquias. **Revista Ártemis**, vol. 13, n. 01, jun. 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/14231>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PILÃO, A. C. Entre a liberdade e a igualdade: princípios e impasses da ideologia poliamorista. **Cadernos Pagu**, n. 44, jun. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/frRfZxpWY8nFTSc6KwNRh9H/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2025.

PLATÃO. **Banquete**. Tradução, introdução e notas de José Cavalcante de Souza. São Paulo: Bertrand Brasil, 1991.

POLO, R. "Apresentei não monogamia ao meu marido": tema é recorde de busca no Brasil. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2023/05/16/apresentei-nao-monogamia-ao-meu-marido-tema-e-recorde-de-busca-no-brasil.htm#:~:text=O%20Sem%20Filtro%20de%20hoje,280%25%20nos%20%C3%BAltimos%20dois%20anos>. Acesso em: 16 maio. 2023.

PORTELA, M. F. O reconhecimento judicial de uniões estáveis paralelas: a família como garantia institucional na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. **Universitas Jus**, vol. 26, n. 02, dez. 2015. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/jus/article/view/3545/0>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SCHLOSSER, A.; CAMARGO, B. V. Elementos caracterizadores de representações sociais sobre relacionamentos amorosos. **Pensando Família**, vol. 23, n. 02, 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2019000200009. Acesso em: 15 jul. 2025.

SILVA, F. L. *et al.* Percepção do Abuso Psicológico no Brasil: O Papel do Sexismo e dos Mitos de Amor. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 17, n. 50, fev. 2024. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/3570>. Acesso em: 15 jul. 2025.

VASALLO, B. **Pensamiento monógamo, terror poliamoroso**. Cidade do México: Hacerse de Palabras, 2020.

ZANELLO, V. **Saúde Mental, Gênero e Dispositivos: Cultura e Processos de Subjetivação**. Curitiba: Appris, 2018.